

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1498348 - RS (2019/0129322-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : KELLY MORALES CAVALHEIRO - RS060294
TOMÁS ESCOSTEGUY PETTER E OUTRO(S) - RS063931
CARLOS EDUARDO NETTO COSTA - RS075325
JULIO CESAR KNORR DE OLIVEIRA - RS081775
FELIPE SOUZA GALVAO - RS073825
PAULA MALTZ NAHON - RS051657
GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN - RS044046
DIEGO SOUZA GALVAO - RS065378
DÉBORA MARCELO ALEXANDRE - RS101112

AGRAVADO : G F F
AGRAVADO : M F J L
AGRAVADO : C R DE B
ADVOGADOS : MANFREDO ERWINO MENSCH E OUTRO(S) -
RS0021658
PEDRO ALEXANDRE MENSCH - RS0030214

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **1.** AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. **2.** CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VALORES LIBERADOS CONFORME DIRETRIZES DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. **3.** AGRADO INTERNO DESPROVIDO.

1. No tocante à data limite de atualização dos valores, constata-se que o Tribunal estadual, ao acolher os embargos de declaração opostos pela parte contrária, com efeitos modificativos, não se manifestou sobre o teor do art. 9º, II, da Lei n. 11.101/2005. Portanto, ausente o prequestionamento, a atrair a incidência, no ponto, das Súmulas 282 e 356 do STF.

2. O acórdão recorrido concluiu que a situação concreta está contemplada nas hipóteses de levantamento de valores definidas pelo Juízo da recuperação judicial. Afigura-se, assim, inviável rever esse entendimento sem proceder ao reexame de matéria fática, o que é vedado pela Súmula n. 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator